



## Tribunais de Contas aprovam "Declaração de Fortaleza"

FOTOS: MARÍLIA AUTO



Membros e servidores de 34 Tribunais de Contas do Brasil aprovaram, na última quarta-feira, 6, a "Declaração de Fortaleza", um documento que traz ações e compromissos para a uniformização e o aperfeiçoamento do controle exercido pelos TCs. A Declaração é resultado das discussões que ocorreram durante o IV Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, realizado na capital cearense, que teve como tema geral: "O papel dos TCs frente às demandas sociais".

### Conselho Nacional e Ficha Limpa

Entre os compromissos firmados, destacam-se:

- 1) A criação de um Conselho Nacional como órgão superior de controle e fiscalização dos Tribunais de Contas, com atribuições de integração, normatização e correção;
- 2) A exigência de que os indicados para compor os Tribunais de Contas atendam rigorosamente a todos os requisitos constitucionais, destacando-se a observância dos critérios da "lei da ficha limpa" como um dos atributos da idoneidade moral e da reputação ilibada;
- 3) Continuar as discussões sobre proposta de aperfeiçoamento do modelo constitucional que define os critérios de escolha para membros dos Tribunais de Contas.

### Aprovadas Resoluções da Atricon



Ainda durante o IV Encontro foram aprovadas 11 Resoluções da Atricon (Associação dos Membros dos TCs do Brasil), que tem como Presidente o Conselheiro do TCE-PE Valdecir Pascoal. As Resoluções foram elaboradas por comissões temáticas formadas por membros e servidores, com prazo para apresentação de emendas, tendo sido deliberadas democraticamente pela Plenária do Encontro. São ações e procedimentos recomendados a todos os Tribunais de Contas do país, abordando, dentre outros, os seguintes temas: (a) agilidade nos prazos de fiscalização e julgamento dos processos; (b) controle preventivo; (c) gestão de informação estratégica; (d) comunicação institucional, transparência e divulgação de deliberações; (e) fiscalização da ordem cronológica de pagamentos pela administração; (f) fiscalização da lei geral das microempresas e (g) fortalecimento das corregedorias, ouvidorias e controle interno.

Para o presidente do TCE-PE e da Atricon, conselheiro Valdecir Pascoal, as diretrizes aprovadas do IV Encontro revelam que os Tribunais de Contas do Brasil - que já prestam bons serviços ao país - estão em sintonia com as novas demandas da sociedade: "Construímos democraticamente um manual de procedimentos que levarão os TCs, de maneira uniforme, a um nível de excelência de padrão internacional".

